

CNBB dá prioridade ao direito de moradia

São Paulo — O "direito natural de moradia tem prioridade sobre a legislação positiva relativa à paaapropriação urbana". Esta, a orientação básica da nova redação do documento **Solo Urbano e Ação Pastoral**, entregue, ontem, aos participantes da 20ª Assembléia-Geral da CNBB. O texto deverá sofrer novas alterações antes da versão final.

A informação é de um dos integrantes da equipe de coordenação do tema, o Bispo Auxiliar de Salvador, Dom Ângelo Salvador, explicou que foi retirada qualquer menção ao sistema capitalista, a fim de não "provocar discussões sobre outras teorias, desviando a atenção do verdadeiro problema que se quer resolver, que é o do solo urbano".

Nova redação

Mais de 300 emendas foram apresentadas ao texto original sobre o solo urbano que, na segunda versão, passou a ter 28 páginas, cinco a menos do que o inicial. Nem todas as emendas foram aproveitadas, nem foram feitas "modificações substanciais" no conteúdo do texto original, porque a preocupação, segundo Dom Ângelo, foi "reordenar o texto", tornando-o mais claro.

O conceito de que o direito natural de moradia prevalece sobre a legislação aparece na análise teológica do problema de solo urbano. Dom Ângelo Salvador afirmou que esse princípio "leva à modificação da própria legislação que regula a apropriação do solo, em curso com o anteprojeto governamental".

Sob a alegação de que não é competente para avaliar o anteprojeto, porque há muitos aspectos jurídicos, Dom Ângelo Salvador considerou como coincidência o fato de que "tanto os bispos como o anteprojeto pensam a propriedade em sua função social. Coincide a preocupação, há um consenso entre Igreja, Governo e técnicos com referência à solução do problema urbano, que é explosivo".

Outra preocupação do documento, segundo Dom Ângelo, é eliminar seus aspectos técnicos e jurídicos, "colocando-se em anexo ou em notas o que não é claramente pastoral". Também é feito um apelo aos especialistas em Direito para que encontrem os meios legais adequados para tratar a questão.

Documento ainda será avaliado

Já em sua segunda redação, o documento sobre Solo Urbano e Ação Pastoral — tema central da 20ª Assembléia-Geral da CNBB, ainda não passou pelo teste definitivo diante do episcopado brasileiro. Analisado apenas em grupos de trabalho, o tema ainda não foi levado para a sessão plenária, quando será possível avaliar as posições favoráveis ou não ao texto.

Os próprios bispos comentam, nos corredores de Itaici, que o assunto está "apenas esquentando". Com base no texto original, preparado antes da reunião de Itaici por uma equipe da CNBB, cerca de 240 bispos se dividiram em 22 grupos de trabalho nos dias seguintes à instalação da assembléia — na última terça-feira, para analisar o documento.

O texto foi considerado confuso e surgiram mais de 300 emendas dos grupos, o que levou a equipe de coordenação a fazer uma sondagem para saber se os bispos querem um documento sobre o solo urbano ou se o texto original poderia ser apenas uma introdução à análise do assunto.

Dom Ivo

Com a decisão do episcopado de que a assembléia deveria prosseguir na elaboração do documento — a partir do

texto original, mas com emendas — a equipe de coordenação iniciou reuniões sucessivas, desde a tarde de quarta-feira, o tema saiu da pauta de discussões e os trabalhos da assembléia prosseguiram com outros itens do temário. "Nem sempre é fácil saber onde acaba o aspecto pastoral e começa o técnico", afirmou ontem o presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ao comentar as alterações no documento sobre "Solo Urbano e Ação Pastoral". Destacou que "não queremos incomodar ninguém, mas devemos dizer o que deve ser dito".

Indagado sobre a eliminação da referência ao sistema capitalista, entre as causas dos problemas em torno do solo urbano, na segunda versão do documento, Dom Ivo ponderou que a Igreja fala dos "valores éticos do homem e da sociedade". Lembrou os pronunciamentos do Papa João Paulo II afirmou que a Igreja não vai deixar de analisar "os valores ou os males dos sistemas".

Dom Ivo observou que nos debates sobre o solo urbano o aspecto pastoral "desde o início, é o que nos preocupa. Os aspectos técnicos, urbanísticos e jurídicos são de outros segmentos da sociedade. O problema é saber onde acaba o pastoral e começa o técnico. Isto é difícil".

D Eugênio apresenta emendas

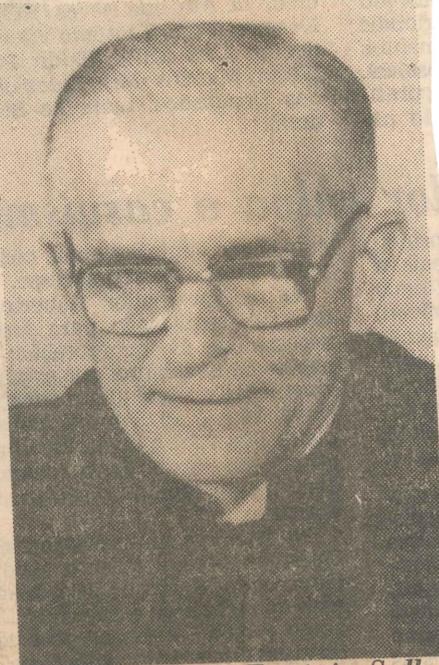
Arquivo — 13/05/81

Para "evitar cuidadosamente as confusões denunciadas por Paulo VI e João Paulo II, de um certo tipo de Teologia da Libertação", o Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Salles, distribuiu a todos os bispos do país várias emendas ao documento sobre Catequese, um dos temas em estudo na 20ª Assembléia-Geral da CNBB.

Como fez em relação ao tema Solo Urbano e Ação Pastoral, Dom Eugênio enviou os comentários antes do início da Assembléia, num texto de 17 páginas, sob a rubrica de reservado, datado de 14 de janeiro. O Cardeal propõe alterações em 51 dos 156 itens do documento original e a supressão de três deles.

Nas **Considerações Gerais** sobre o documento, Dom Eugênio Salles afirma que suas emendas "foram inspiradas no desejo de evitar cuidadosamente as confusões denunciadas por Paulo VI e João II, de um certo tipo de Teologia da Libertação, que relativiza o valor das formas dogmáticas e enfatiza excessivamente o papel da comunidade, da situação e de uma concepção da opção preferencial pelos pobres, no processo da salvação".

Dom Eugênio argumenta que a Teologia da Libertação "não salienta suficientemente a importância negativa capital do pecado"; "não dá o devido destaque à doutrina social da



Dom Eugênio Salles

Igreja e à importância da escola católica"; "nivela ou iguala: o divino e o humano; as normas da vida e os fatos da vida; a missão primordialmente religiosa e a conseqüente função social da Igreja; a escravidão econômica é a escravidão fundamental do pecado etc.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 14 fev. 1982